



## Organismos Financeiros Internacionais

A economia mundial manteve, em 2004, a trajetória de recuperação iniciada na segunda metade de 2003. A expansão se mostrou diferenciada nos distintos países e blocos econômicos, registrando-se crescimento mais acentuado do que o esperado nos Estados Unidos, na China e na maioria dos países em desenvolvimento. Em contraste, observou-se expansão menor do que a prevista na Europa e no Japão, reflexo do desempenho restrito das exportações e da demanda doméstica.

A recuperação continuou a ser impulsionada pelas condições favoráveis do mercado financeiro global. As taxas de juros permaneceram próximas a zero, em termos reais, na maioria dos países; os mercados de ações se recuperaram mundialmente; as taxas de juros de longo prazo também permaneceram abaixo dos níveis de equilíbrio; e os *spreads*, tanto de corporações como de mercados emergentes, se reduziram a níveis históricos, acompanhados por nova onda de empréstimos externos a mercados emergentes. Esses desenvolvimentos refletem, em parte, fundamentos econômicos sólidos, inclusive expectativas inflacionárias bem fundadas, fortalecimento do balanço patrimonial das empresas e redução da vulnerabilidade externa dos países em desenvolvimento.

Os desequilíbrios globais em conta corrente aumentaram, tendo o déficit norte-americano atingido nível recorde, equivalente a 5,5% do PIB, em 2004. Esse déficit gerou, como contrapartida, superávits em conta corrente no sudeste Asiático, no Japão e, em menor escala, na Europa. A acumulação de reservas internacionais, composta principalmente por dólares dos Estados Unidos, continuou a aumentar significativamente nos países produtores de petróleo e no sudeste Asiático.

O preço do barril de petróleo permaneceu alto e volátil, consequência da forte demanda e das incertezas quanto à evolução da produção da Opep. A inflação e as pressões inflacionárias globais continuaram relativamente controladas, com poucos sinais significativos de efeitos de segunda ordem em decorrência da elevação do preço do barril de petróleo.

Esse contexto definiu o pano de fundo para a agenda dos Organismos Financeiros Internacionais (OFIs), que têm ressaltado, principalmente, a necessidade de correção

dos desequilíbrios fiscais e em transações correntes que podem comprometer o desempenho da economia mundial no médio prazo.

## Fundo Monetário Internacional (FMI)

Criado em 1945, e contando atualmente com 184 países membros, o FMI tem como funções precípua promover a cooperação monetária internacional; buscar a estabilidade cambial; propiciar crescimento econômico e altos níveis de emprego; prover assistência financeira temporária aos países em fase de ajustamento do balanço de pagamentos; e facilitar a expansão equilibrada do comércio internacional. O organismo ainda monitora e analisa anualmente as economias dos países-membros e realiza variados estudos, destacando-se as Perspectivas da Economia Mundial (WEO) e o Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global (GFSR), editados semestralmente.

Como parte de sua atividade de análise e supervisão macroeconômica multilateral, o Fundo estimou em 5,1% o crescimento da economia mundial em 2004, superior ao verificado em 2003, de 3,9%. O volume de comércio mundial aumentou 9,8% em relação a 2003, sendo que os preços em dólares do petróleo e do conjunto das demais *commodities* internacionais aumentaram, respectivamente, em 30,7% e 17,9%. A inflação ao consumidor atingiu 2% nos países desenvolvidos, e 5,8% nos demais.

Além de analisar a economia e as finanças internacionais, o FMI também efetua as consultas estabelecidas pelo Artigo IV de seu Acordo Constitutivo – dedicadas à supervisão macroeconômica de cada país-membro, normalmente com periodicidade anual – bem como realiza as Revisões de Programa, normalmente trimestrais, quando um país se encontra sob Programa de Assistência Financeira patrocinado pelo Fundo.

Além dos relatórios já mencionados, o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, produz também os Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (Roscs) – avaliações do grau de adoção pelos países dos códigos e padrões reconhecidos internacionalmente em doze áreas: qualidade dos dados; transparência da política monetária e financeira; transparência fiscal; supervisão bancária; regulação de mercados de capitais; supervisão de seguros; sistemas de pagamento; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; governança corporativa; contabilidade; auditoria; e, por último, insolvência e direitos dos credores.

Outra importante atividade, também realizada em conjunto com o Banco Mundial, é o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), cuja realização decorre de solicitação do país-membro. Além de propiciar a elaboração de Roscs, o FSAP verifica, mediante a aplicação de testes de estresse, o grau de estabilidade financeira diante de choques econômicos e produz um relatório com recomendações às autoridades, assim como dois relatórios sintéticos – a Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA) e a

Avaliação do Setor Financeiro (FSA) – que são apresentados às Diretorias do FMI e do Banco Mundial, respectivamente.

Com referência à divulgação de dados econômicos, 58 países, inclusive o Brasil, haviam subscrito, até o final de 2004, o Padrão Especial de Disseminação de Dados (SDDS). O SDDS pretende se estabelecer como guia para a divulgação ao público de dados econômicos e financeiros, melhorando a disponibilização, de forma tempestiva e abrangente, de estatísticas e, conseqüentemente, contribuindo para políticas macroeconômicas sólidas e para o aperfeiçoamento dos mercados financeiros.

A agenda do Fundo em 2004 se pautou pela continuidade do esforço de reestruturação do sistema financeiro internacional, com o desenvolvimento de mecanismos mais eficazes de prevenção e tratamento de crises, tais como as ferramentas Administração de Liquidez, Abordagem de Balanço Patrimonial (BSA) e Análise de Sustentabilidade de Dívida (DAS). Discutiu-se também a respeito da criação de uma linha de crédito preventiva em substituição à extinta Linha de Crédito Contingencial (CCL); sobre a adoção do Acordo para Monitoramento de Políticas (PMA), um programa em que não está prevista a liberação de recursos por parte do Fundo; e sobre Mecanismos para Integração Comercial (TIM), um mecanismo que permite aos países com problemas no balanço de pagamentos, relacionados a questões de integração comercial, um acesso mais direto aos programas financeiros do FMI. Este último entrou em vigor em abril de 2004.

Em julho, concluiu-se a Revisão Bienal de *Surveillance*, quando foi discutida a implantação de várias medidas – entre elas, o aprofundamento dos estudos sobre os diversos sistemas e regimes cambiais existentes e o fortalecimento da supervisão sobre o setor financeiro globalizado –, que podem contribuir para a maior efetividade do processo de supervisão monetária internacional realizada regularmente pelo FMI.

Realizou-se ainda importante revisão sobre a forma de atuação do Fundo nos programas por ele financiados entre 1995 e 2000. Nessa revisão, o FMI discutiu os objetivos, os resultados e os arcabouços analíticos utilizados nesses programas, concluindo pela necessidade de aperfeiçoamentos em futuros programas.

Devem ser destacadas, também, as discussões realizadas sobre investimento público e política fiscal, as quais promoveram troca de visões sobre como promover investimentos públicos em infra-estrutura de forma responsável e sobre o tratamento das PPP nas contas fiscais.

No contexto da apreciação de iniciativas para a resolução de crises financeiras, a partir da proposta de adoção de um Código de Conduta rígido evoluiu-se para a formulação de princípios flexíveis e voluntários. Por meio de discussões intermediadas pelo G-20 – constituído por representantes de países industrializados e de economias emergentes – e por instituições financeiras privadas, avançou-se na definição dos Princípios por

Fluxos de Capitais Estáveis e Justa Reestruturação da Dívida em Mercados Emergentes, a ser estabelecido voluntariamente entre países emissores de títulos e participantes do setor privado.

O capital total do FMI alcançou aproximadamente US\$327 bilhões ao final de 2004. O crédito total pendente de recebimento atingiu US\$90 bilhões, dos quais US\$10 bilhões foram emprestados com base em taxas concessionais. Do número total de países-membros, 82 são devedores (59 em caráter concessional).

A participação do FMI na iniciativa de alívio da dívida externa dos países pobres altamente endividados (Iniciativa HIPC), teve seu comprometimento mantido em relação ao ano anterior no patamar de 1,8 bilhão de Direitos Especiais de Saques (DES), sendo que DES 1,3 bilhão já haviam sido desembolsados, cumulativamente, até o final de 2004.

A cota do Brasil no Fundo é de DES 3.036 milhões, com participação de 1,43% no capital total do organismo. Em dezembro de 2003, o Acordo *Standy-By* entre o Brasil e o FMI, firmado em setembro de 2002, foi prorrogado por mais quinze meses (até março de 2005), ampliando-se o valor total em DES 4,6 bilhões – de DES 22,8 bilhões para DES 27,4 bilhões. Do total do acordo, foram sacados DES 17,2 bilhões, dos quais DES 12,6 bilhões ao longo de 2003, quantia pouco superior aos DES 12,3 bilhões sacados em 2002 (quando ainda foram efetuados saques pelo Acordo de 2001). Vale ressaltar que as parcelas de DES 5,6 bilhões e de DES 911 milhões, disponibilizadas respectivamente em dezembro de 2003 e em março de 2004, não foram sacadas pelo Brasil, conferindo um caráter preventivo ao programa. Durante 2004 as amortizações do País ao Fundo somaram DES 2,9 bilhões, e os juros e demais encargos pagos atingiram DES 814 milhões.

O saldo devedor do Brasil junto ao FMI era de DES 19 bilhões em 31 de dezembro de 2004, constituindo-se no maior saldo pendente junto à instituição, seguido da Turquia e da Argentina. A reformulação do Acordo contemplou, ainda, o alongamento da amortização da dívida brasileira junto ao Fundo, reduzindo-se o montante a ser amortizado em 2004 e aumentando-se as amortizações em 2007 de DES 1,8 bilhão para DES 6 bilhões.

## **Banco de Compensações Internacionais (BIS)**

O BIS, organismo internacional fundado em 1930, tem como função principal fomentar internacionalmente a cooperação financeira e monetária, atuando também como fórum nos processos de coordenação entre os bancos centrais e a comunidade financeira; como centro de pesquisa financeira e monetária; e como agente fiduciário em operações internacionais de bancos centrais.

Sediado na Basiléia, Suíça, o organismo coordena comitês e organizações que têm por objetivo promover a estabilidade financeira. Entre eles pode-se citar o Comitê da

Basiléia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos; o Comitê do Sistema Financeiro Global; e o Comitê de Mercado. Estabelecidos ao longo dos últimos quarenta anos pelos bancos centrais dos países do G-10<sup>5</sup>, esses comitês possuem elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades. O BIS também secretaria o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), criado em 1999 para debater questões referentes ao fortalecimento da arquitetura financeira internacional e promover a cooperação entre autoridades nacionais e organismos internacionais e órgãos reguladores.

Os ativos do BIS somavam ao final do último ano fiscal – terminado em 31 de março de 2004 – um valor recorde de 167,9 bilhões de DES, tendo expandido 12,2% em relação ao ano anterior. Os depósitos em moeda estrangeira, que compõem a maior parte das obrigações do BIS, aumentaram para 133,2 bilhões de DES, após terem fechado o ano fiscal anterior em 122,5 bilhões, sendo que a composição de moedas desses depósitos se alterou significativamente. A parcela de dólares americanos diminuiu de um patamar de 67,1%, no ano anterior, para 62,4% em 31 de março de 2004.

O Brasil figura como acionista do BIS desde 25 de março de 1997, com 3.000 ações subscritas no valor de DES 15 milhões. Durante o ano fiscal de 2004, o BIS decidiu somar ao seu quadro de acionistas seis novos membros, sendo eles os bancos centrais da Argélia, do Chile, das Filipinas, da Indonésia, de Israel e da Nova Zelândia.

As tendências que moldaram os recentes desenvolvimentos nos mercados globais dominaram as atenções durante as reuniões regulares do BIS em 2004, onde prevaleceu a discussão de temas ligados aos aspectos estruturais da estabilidade financeira e monetária.

Dentre as atividades do organismo, destacam-se o estudo do Comitê do Sistema Financeiro Global sobre investimento externo direto no sistema financeiro de economias de mercados emergentes; as atividades do Comitê da Basiléia de Supervisão Bancária para a implementação do arcabouço do Acordo de Basiléia II; e as discussões no âmbito do Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos – que trabalha em parceria com a *International Organization of Securities Comissions* (Iosco), no sentido de promover a segurança dos sistemas de pagamentos, fortalecendo a infra-estrutura de mercado e reduzindo o risco sistêmico.

O Comitê da Basiléia de Supervisão Bancária, por sua vez, continuou com os esforços direcionados ao fortalecimento da supervisão prudencial das instituições bancárias; à adoção de práticas mais transparentes em registros financeiros; e ao encorajamento para que o sistema bancário avance na avaliação de riscos. O Comitê da Basiléia ainda

---

5/ Grupo de países industrializados composto por Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia e Suíça.

redirecionou o seu foco para a implementação de um arcabouço revisado que indique níveis de capital ótimo para as instituições bancárias.

Finalmente, no papel de banco dos bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários, especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Em 2004, mais de cem bancos centrais, inclusive o Banco Central do Brasil, tinham parte de suas reservas administradas pelo BIS, que também repassa conhecimentos e tecnologia na administração de carteira de ativos.

## **Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla)**

O Cemla, organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio legal na Cidade do México. Permeia-se entre todas as suas atribuições os assuntos relacionados à estabilidade monetária e financeira e ao funcionamento do sistema financeiro internacional.

Mais especificamente, o Cemla tem como objetivos a promoção de melhor entendimento sobre assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe, assim como os aspectos pertinentes às políticas fiscal e cambial dos países-membros; a assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais e outros órgãos financeiros na América Latina e no Caribe; a pesquisa e sistematização dos resultados nos campos acima mencionados; e a divulgação de informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional no âmbito das políticas monetária e financeira.

O Cemla é composto atualmente por cinquenta instituições, trinta das quais são bancos centrais associados. As demais estão divididas entre colaboradores e instituições assistentes. O Cemla é dirigido por quatro instâncias administrativas: a Assembléia de Governadores, a Junta de Governo, o Diretor-Geral e o Subdiretor-Geral.

A Assembléia de Governadores, órgão máximo da instituição, é composta pelos presidentes dos bancos centrais dos membros associados, todos com voz e voto nas deliberações. O poder de voto é definido de acordo com a cota de contribuição anual. As contribuições, por sua vez, tanto de membros associados como de membros colaboradores, compõem a maior parte do orçamento do organismo – da ordem de US\$2,2 milhões no exercício de 2004. A contribuição anual do Brasil manteve-se inalterada nos últimos anos, no valor de US\$283 mil.

A Junta de Governo – composta pelos presidentes de sete bancos centrais associados, sendo o do México um participante permanente pela condição de país sede, e por dois bancos extra-regionais, na qualidade de colaboradores –, atua subsidiariamente à Assembléia e seus integrantes são eleitos para um mandato de dois anos, em representação

do grupo de associados que o elegeu e na proporção do poder de voto desse grupo. O Brasil ocupa, no biênio 2003-2005, a presidência da Junta de Governo.

O Cemla organizou 57 eventos em 2004, entre cursos, seminários e *workshops* com temas de interesse de bancos centrais. Mais de 1.700 pessoas provenientes de toda a América Latina e o Caribe participaram desses eventos. Dentre os temas percorridos pela programação de atividades do Cemla, destacaram-se o gerenciamento do fluxo de capitais privados e de dívida; a comunicação estratégica entre bancos centrais; e a compilação de estatísticas por parte dos mesmos.

Também concernente à área de difusão de conhecimentos, destacam-se as publicações periódicas (revistas *Boletín*, *Monetária e Money Affairs*) e as não-periódicas (ensaios, artigos, pesquisas), as quais analisam assuntos econômicos, financeiros e bancários. Ainda, como forma de incentivo e reconhecimento, o Centro confere, todos os anos, o Prêmio Rodrigo Gómez ao melhor trabalho sobre temas de relevância para os bancos centrais.